

# educação

GOVERNO SANCIONA LEI QUE REGULAMENTA PROFISSÃO DE SANITARISTA, TAMBÉM FUNDAMENTAL PARA O CONTROLE DO CÂNCER



SUS



## Depois de um século, o reconhecimento

**E**m Mutuípe, município do Recôncavo Baiano, Gilney Costa rompeu o ciclo de pobreza e se tornou o primeiro da família a concluir o ensino médio e entrar na faculdade. Professor e pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz), teve sua trajetória como sanitarista pautada pela ressignificação de sua história. “O meu encontro com o Sistema Único de Saúde [SUS] se deu na busca por um lugar onde eu pudesse ser, independentemente de qualquer coisa; que me desse a possibilidade de criar outro projeto de vida e que passasse pela luta comunitária e pela construção de um mundo melhor e mais justo”, explica.

Graduado em Psicologia, Gilney faz parte de um grande grupo de pessoas que, com diferentes formações, decidiu se dedicar à área [também chamada de Saúde Pública em algumas instituições] e, para isso, buscou aprofundar seus conhecimentos por meio de cursos de pós-graduação. Todos os que trilharam esse caminho, assim como os egressos da graduação em Saúde Coletiva, agora têm seu trabalho reconhecido pela Lei nº 14.725, sancionada em 16 de novembro de 2023, que, pela primeira vez, regula a profissão de sanitarista no Brasil.

“É um importante reconhecimento público. Há mais de um século, o sanitarismo é composto por vários sujeitos que agregam saberes de diversas práticas e estão intimamente relacionados com a formação de políticas públicas e a elaboração de programas e serviços”, diz Livia Souza, coordenadora do Fórum de Graduação em Saúde Coletiva da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

“Os indicadores são ferramentas valiosas para entender onde estamos e aonde queremos chegar. Essa capacidade de detectar e projetar as necessidades é uma contribuição muito clara [do sanitarista] na área oncológica”

**MÔNICA DE ASSIS**, da Divisão de Detecção Precoce e Apoio à Organização de Rede do INCA

Para Fátima Sousa, enfermeira sanitarista e professora associada do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB), a não valorização da profissão desmotivava as pessoas a atuar nesse campo, levando à escassez de gente qualificada. “A regulamentação traz benefícios tanto para nós, que passamos a ter a atividade respaldada legalmente, quanto para o SUS, que contará com gente capacitada”, acredita.

Outro aspecto positivo proporcionado pela lei, de acordo com Andréia Moreira de Andrade, professora de pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Acre (Ufac), é a abertura de vagas para sanitaristas em concursos públicos. Até então, eles ingressavam por meio de suas graduações.

## INCOMODADO, MAS COM SONHOS

O diálogo sobre Saúde Coletiva foi difundido no Brasil na década de 1970, com o início dos cursos de pós-graduação (já a graduação surgiu apenas no final dos anos 2000). “Atores importantes, como a Abrasco, surgiram [naquela época] para pavimentar e sedimentar esse campo e responder outras questões que determinam o processo saúde-doença”, comenta Rondineli Mendes da Silva, coordenador da Ensp/Fiocruz, uma das instituições de referência na formação em Saúde Pública no Brasil.

“A Saúde Coletiva é a saúde pública mais comprometida, com mais engajamento no combate às injustiças sociais, mais politizada, com foco no controle de doenças e mais tecnicista. E o Brasil abraçou muito esse termo”, acrescenta a assistente social Mônica de Assis, da Divisão de Detecção Precoce e Apoio à Organização de Rede do INCA, que fez parte da primeira turma de mestrado em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com ela, o sanitarista “tem duas características: é incomodado com a situação da saúde do brasileiro, com as desigualdades e com o modelo assistencial dominado pelo enfoque biomédico; e tem esperança de ver a redução de iniquidades, a melhoria do SUS, um SUS realmente condizente com o texto constitucional”. E completa: “Incomodado, mas também com sonhos”.

## FORMAÇÃO AMPLA

No contexto do câncer, a formação do profissional em Saúde Coletiva envolve as temáticas de gestão, política pública e epidemiologia (o conhecimento sobre

incidência, prevalência, mortalidade e carga da doença possibilita uma compreensão ampla do assunto). Somam-se ainda as Ciências Sociais e Humanas, que, segundo Mário Sobreira, chefe da Divisão de Ensino *Stricto Sensu* do INCA e professor do mestrado profissional em Saúde Coletiva e Controle do Câncer ofertado pelo Instituto, trazem a compreensão sobre o usuário e suas necessidades sociais. “Para além dos fatores biológicos, há diversos fatores de risco envolvidos no surgimento do câncer, entre eles, os ambientais e sociais. Os determinantes do câncer também são sociais”, ressalta.

De acordo com Sobreira, o sanitarista é capacitado em promoção da saúde, prevenção do câncer, políticas públicas, ações de vigilância e análise de avaliação do impacto das estratégias empregadas, identificando as ações que devem ser reorientadas dentro do modelo do SUS e pensando na conformação das redes de atenção. “O sanitarista atua na gestão, na economia da saúde e no monitoramento do tratamento, contribuindo na implementação de melhorias para garantir não só o acesso, mas a continuidade do cuidado”, acrescenta o professor.

Os sistemas de informação, os indicadores da saúde, os diagnósticos situacionais, a educação e comunicação e gestão são ferramentas para responder às necessidades da população. “O profissional, instrumentalizado pela epidemiologia, consegue fazer o diagnóstico situacional. Os indicadores são ferramentas valiosas para entender onde estamos e onde queremos chegar. Essa capacidade de detectar e projetar as necessidades é uma contribuição muito clara na área oncológica”, explica Mônica de Assis.

Outras contribuições relevantes da categoria são a educação e a comunicação em saúde, bem como a mobilização social. “A Coordenação de Prevenção e Vigilância do INCA tem um eixo de produção de conhecimento e apoio a estados e municípios. A partir desse conhecimento, contribui para o avanço do SUS nos territórios. Não há controle do câncer sem envolvermos a sociedade, com informações de qualidade, acessíveis e culturalmente relevantes”, diz Mônica.

## MÚLTIPLOS OLHARES

Há entre os alunos dos cursos de pós-graduação uma característica marcante: a constituição multiprofissional. Trata-se do fundamento para lidar com os determinantes e condicionantes da saúde. “Esse conceito é central para que a saúde possa ser um conceito ampliado e multidisciplinar. O SUS é pensado de forma integral. Não tem como desassociar”, explica Andréia de Andrade.

“O sanitarista atua na gestão, na economia da saúde e no monitoramento do tratamento [do câncer], contribuindo na implementação de melhorias para garantir não só o acesso, mas a continuidade do cuidado”

**MÁRIO SOBREIRA**, chefe da Divisão de Ensino *Stricto Sensu* do INCA

Para Mônica de Assis, o que coloca o sanitarista em uma posição estratégica são as ferramentas que possui para compreender o sistema em que está inserido e pensar criticamente as práticas da área. “Ele é treinado em, pelo menos, três grandes campos: Análise da Situação Saúde-Doença; Planejamento e Gestão em Saúde; e Ciências Humanas e Sociais.”



# GAMINHOS PARA A HABILITAÇÃO

Os processos seletivos possuem períodos de realização diferenciados, de acordo com o tipo de formação e a instituição.

## Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz

- **Especialização em Saúde Pública**  
<https://ensino.ensp.fiocruz.br/cursos/lato-sensu/especializacao/cursos/presencial/107#titulo>
- **Mestrado Acadêmico em Saúde Pública**  
<https://ensino.ensp.fiocruz.br/cursos/mestrado-e-doutorado/saude-publica/mestrado-academico>
- **Mestrado Profissional em Saúde Pública**  
<https://ensino.ensp.fiocruz.br/cursos/mestrado-e-doutorado/saude-publica/mestrado-profissional>
- **Doutorado em Saúde Pública**  
<https://ensino.ensp.fiocruz.br/cursos/mestrado-e-doutorado/saude-publica/doutorado>

## Universidade de Brasília

- **Graduação em Saúde Coletiva**  
<https://saudecoletiva.unb.br/>
- **Mestrado Acadêmico e Doutorado em Saúde Coletiva**  
<https://ppgsc.unb.br/>
- **Mestrado Profissionalizante em Saúde Coletiva**  
<http://fs2.unb.br/pos-graduacao/mestrado-profissionalizante>

Em todas as regiões brasileiras, mais de 80 instituições de ensino, públicas e privadas, oferecem cursos que conferem o título de sanitarista. A lista das instituições associadas à Abrasco está disponível em [www.abrasco.org.br/associados-institucionais](http://www.abrasco.org.br/associados-institucionais).

## INCA

- **Mestrado Profissional em Saúde Coletiva**  
<https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/ensino/mestrado-e-doutorado/ppgcan>

## Universidade Federal do Acre

- **Graduação em Saúde Coletiva**  
<http://www2.ufac.br/ccsd/saudecoletiva>
- **Mestrado Acadêmico e Doutorado em Saúde Coletiva**  
<http://www2.ufac.br/ppgsc>



Mônica de Assis: “Não há controle do câncer sem envolvermos a sociedade, com informações de qualidade, acessíveis e culturalmente relevantes”

A graduação teve início apenas em 2008, na Ufac, impulsionada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. O projeto político-pedagógico, no entanto, foi criado pela Universidade Federal da Bahia, que lançou o curso em 2009. Hoje, há mais de 20 em todo o Brasil.

Atualmente, as diretrizes curriculares nacionais para a graduação reúnem atribuições, perfil do profissional, princípios éticos e científicos. “Ele deve estar capacitado para o trabalho nos diferentes níveis de complexidade, desde ações de prevenção, promoção e proteção da saúde até pesquisa e desenvolvimento. A formação deve ser eminentemente humanista, científica, ética, crítica, reflexiva e generalista. A estrutura acadêmica passa pela organização da atenção, da educação e da gestão”, comenta Lívia Souza.

## MERCADO DE TRABALHO

Na esfera pública, as secretarias municipais e estaduais e o MS são os espaços de mais fácil colocação para os sanitaristas. “Se considerarmos que o Brasil tem 5.570 municípios e 27 estados, as possibilidades são imensas. Podem trabalhar da atenção básica à alta complexidade, na gestão dos serviços em Unidades Básicas de Saúde e no núcleo de Atenção à Saúde da Família. Contamos com profissionais no Ministério Público, nas casas legislativas estaduais e municipais e no Congresso Nacional, no

## QUEM JÁ ATENDE OS REQUISITOS?

- *Diplomados com residência médica ou multiprofissional, especialização, mestrado ou doutorado em Saúde Coletiva/Saúde Pública;*
- *Graduados em Saúde Coletiva/Saúde Pública por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação;*
- *Graduados em Saúde Coletiva/Saúde Pública por instituição de ensino superior estrangeira com diploma revalidado por instituição de ensino superior brasileira;*
- *Graduados (nível superior) que, embora não possuam as qualificações acima, comprovem o exercício de atividade profissional correlata no período mínimo de cinco anos até a data de publicação da lei.*

Fundo Nacional de Saúde, na Agência Nacional de Vigilância Sanitária e na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Na rede privada, estão habilitados a atuar em planejamento, gastos, cálculo de capacidade instalada e auditoria”, diz Lívia Souza.■